



## Apresentação

O dossiê ‘Epistemologia’, terceiro e último integrante do volume 62 da revista Veritas (2017), é composto por dois conjuntos de artigos. O primeiro deles está constituído por dez artigos que abrangem extenso território em epistemologia, versando sobre tópicos centrais no debate contemporâneo, que vão desde questões veneráveis da epistemologia do raciocínio até domínios inovadores como o da Epistemologia Coletiva.

No primeiro artigo de epistemologia, intitulado ‘Três tipos de forma lógica’, John Bolender defende a tese de que o estudo da lógica natural deve ir além da linguagem, com base em sua alegação de que existem formas lógicas que permitem relações lógicas entre representações mentais que são diferentes de sentenças, como por exemplo as de tipo pictórico.

O ensaio de Cichoski e Ruivo, intitulado ‘Epistemologia Coletiva: crença, justificação e conhecimento de grupo’, constitui importante contribuição à Epistemologia Coletiva ao mapear o território das recentíssimas propostas nesta área, e sistematizar os conceitos centrais ali desenvolvidos, identificando os elementos teóricos necessários para a concepção de um modelo coletivista completo.

Na sequência, em ‘O que é agência epistêmica, afinal?’, Doraci Engel examina a questão sobre se podemos ser epistemicamente ativos, argumentando em favor da conclusão de que tal agência só pode ser concebida enquanto ação indireta, de efeito melhorativo e eminentemente prático.

O conjunto de artigos de epistemologia contém ainda a tradução, realizada por Kátia Etcheverry e Carlos Sartori, do seminal artigo ‘O lugar do testemunho na estrutura do conhecimento e da justificação’ no qual Robert Audi defende a tese de que o testemunho, apesar de não ser uma fonte básica de conhecimento e justificação, é uma fonte de conhecimento básico. Testemunho, para Audi, permite a formação de crenças básicas justificadas devido a justificação dessas crenças ser independente da justificação de outras crenças.

No quinto artigo, ‘Uma solução baseada no realismo experimental para dois argumentos pessimistas’, Tiago Luís Teixeira Oliveira se vale de elementos do realismo experimental para enfrentar os desafios antirrealistas da ‘indução pessimista’.

A seguir, Breno Ricardo Guimarães Santos, em seu ‘Disjuntivismo epistemológico e ceticismo radical’, apresenta as visões disjuntivistas de McDowell e de Pritchard com o intuito de mostrar como Pritchard se vale do disjuntivismo associado a uma revisão de nossa estrutura de razões para enfrentar o problema do ceticismo radical.

Em ‘Vícios intelectuais e as redes sociais: o acesso constante à informação nos torna intelectualmente viciosos?’ Felipe Rocha L. Santos analisa, da perspectiva epistemológica, o uso da Internet e seu impacto na promoção de virtudes e vícios.

A teoria de Pritchard é também o objeto do oitavo artigo do conjunto de artigos de epistemologia, intitulado ‘Um problema para a epistemologia anti-sorte de Pritchard’. Nesse ensaio, Lucas Roisenberg Rodrigues alega que a concepção do princípio de segurança defendido na teoria anti-sorte de Pritchard falha em distinguir, conforme nossas intuições, situações onde ocorre a presença de sorte epistêmica.

Em ‘Revisitando o Conhecimento a partir de Falsidade’, Tiegue Vieira Rodrigues se contrapõe à tese de que pode haver conhecimento a partir de falsidades (KFF). Sua argumentação é a de que a defesa de KFF proposta por Peter Klein fracassa.

Finalmente, fechando o conjunto de artigos de epistemologia temos o artigo ‘Dedução confiável’, no qual Luis Rosa propõe que a resposta à questão ‘O que torna uma dedução em uma dedução confiável?’ requer uma explicação de como o processo dedutivo pode tanto expandir, quanto gerar conhecimento. Segundo Rosa, dado que a expansão se dá por acarretamento lógico-formal, e a geração ocorre por acarretamento metafísico, e que este último permite explicar uma classe mais ampla de tipos de dedução confiáveis, a conclusão é a de que uma explicação de geração seria superior a uma explicação de expansão do conhecimento.

O segundo conjunto de artigos, que compõem a Varia, se contempla campos diversos como a filosofia política, a filosofia medieval, a teoria da justiça, a fenomenologia, e a estética.

Em ‘Pluralismo, cidadania e igualdade: a teoria da justiça de Michael Walzer’, Ricardo Corrêa de Araujo analisa criticamente a teoria da

justiça proposta por Michael Walzer. O autor conclui que o elemento que falta para o sucesso desse projeto é a cidadania democrática, a qual sempre esteve presente na proposta de Walzer, ainda que de modo não desenvolvido.

Fabio Caprio Leite de Castro se vale da obra da filósofa Yvonne Picard para expor o contraste do pensamento de Heidegger àquele de Husserl, dentro de uma fenomenologia da consciência do tempo, e finalmente mostrar de que maneira, a partir de uma perspectiva dialética, a filósofa retorna a Husserl.

No ensaio 'A política democrática entre institucionalização e espontaneidade: apontamentos a partir da teoria da modernidade de Habermas', Leno Francisco Danner critica o procedimentalismo jurídico-político decorrente da teoria da modernidade de J. Habermas. Danner a acusa de produzir duas consequências nefastas: despolitização das instituições e enfraquecimento da *práxis* política democrática.

Ao longo do artigo 'O Esquecimento do corpo penetrável: Simone de Beauvoir, Silêncio, Omissão em Jacques Derrida', Norman Roland Madarasz propõe que Derrida levou o desconstrutivismo a ignorar o que poderia ser a proibição primária no pensamento ocidental ao manter intacto o espectro do homem -- apesar de, por meio da perspectiva falocêntrica, dar condições antifilosóficas para a inclusão das mulheres na filosofia francesa.

Beatriz Sorrentino Marques, no ensaio 'Um problema para a teoria de Wegner sobre a vontade consciente: o Potencial de Prontidão não representa a preparação para uma ação de maneira conclusiva', se contrapõe à tese de Wegner sobre a ausência de papel causal da vontade consciente nas ações humanas. Segundo a autora, a mesma decorre do fato de Wegner estar errado em sua avaliação do Potencial de Prontidão no experimento de Libet.

O objeto do artigo 'Sobre o regimen politicum no De Regimine Principum de Ptolomeu de Lucca', de José Antônio Martins, é o de examinar a recepção que Ptolomeu de Lucca fez da Política de Aristóteles, mostrando o caráter inovador dessa recepção, sobretudo no que refere à centralidade concedida à participação política das pessoas.

Assumindo a perspectiva crítica característica da epistemologia feminista, o artigo 'A representação de mulheres nos espaços de poder e a standpoint theory: contribuições de uma epistemologia feminista' traz as

reflexões de Marina França Santos sobre a representação feminista a partir da standpoint theory.

Em seu ‘Ontologia do design de moda: Édipo e Anti-édipo, entre McQueen e Farani’, Fábio Pezzi Parode e Maximiliano Zapata contrapõem em viés ontopolítico dois designers - Luisa Farani e Alexander McQueen, abrindo o debate sobre uma ontologia do design de moda.

Em ‘Alfonso Briceño O.F.M. (1587-1668) sobre a distinção de razão’, Roberto Hofmeister Pich apresenta o pensamento scotista do mestre franciscano chileno Alfonso Briceño, com destaque ao terceiro Apêndice Metafísico no qual Briceño, ao se ocupar da relação entre “ente” e “unidade”, explicita o conceito de “distinção”, e em particular o de “distinção da razão”.

Ao finalizar esta apresentação os editores se congratulam com os autores cujos textos integram este número, e externam seu profundo reconhecimento e gratidão pela inestimável contribuição dos numerosos avaliadores, cujos pareceres são essenciais e decisivos para que a revista Veritas alcance o mais elevado nível de qualidade acadêmica. Agradecemos também ao editor geral da Veritas, Nythamar de Oliveira, pela orientação e paciência enquanto organizávamos o presente volume. Finalmente, nosso agradecimento aos bolsistas José Linhares e Maximiliano Zapata, que participaram no processo de editoração deste número.

*Kátia Etcheverry/PPGF PUCRS*

*Rodrigo Borges/PPGF PUCRS*